MANDADO DE SEGURANÇA — PRAZO — PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

— *Conta-se da ciência do ato impugnado e não do pedido de reconsideração, o prazo para impetrar mandado de segurança.*

— *É de decadência, não podendo ser suprimido ou interrompido, o prazo para requerer mandado de segurança.*

— *Interpretação do art. 331 do Cód. Proc. Civil.*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

Paciente: Amaro Magalhães da Silva

Mandado de segurança n.º 73 — Relator: Sr. Desembargador

CARLOS AUGUSTO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de mandado de segurança n.º 73, de Natal, em que é requerente

o Dr. Lauro Pinto em favor de Amaro Magalhães da Silva:

Amaro Magalhães da Silva, brasileiro, casado, funcionário público apo-

sentado, domiciliado e residente nesta Capital, impetra mandado de segurança contra o despacho proferido pelo Sr. Governador do Estado que indeferiu, em parte, o pedido de acréscimo mensal aos seus vencimentos da gratificação adicional de Cr\$ 737,70.

Alega, em síntese, o postulante que o seu direito é líquido e certo, uma vez que iniciou sua carreira de funcionário público estadual a 5 de fevereiro de 1909, e somente dela se afastou pela aposentadoria a 5 de julho de 1948, de modo que a 5 de fevereiro de 1948 completara, matematicamente, 39 anos de serviço público. Não havendo gozado licença prêmio de dezoito meses a que se julgava com direito, entende que nos precisos têmos do art. 5.º, parágrafo único, da lei n.º 24, de 30 de dezembro de 1947, devem ser acrescidos ao seu tempo de serviço mais três anos correspondente àquela licença não gozada (em dôbro), perfazendo, assim, o total de quarenta e dois anos.

O Sr. Governador não prestou, no prazo da lei, as informações que lhe foram solicitadas (certidão de fls. 33 v.), tendo o representante judicial do Estado contestado o pedido. O Dr. Procurador Geral em o seu parecer de fls. 36 suscita a preliminar de se não conhecer da segurança, por impetrada fora do prazo estatuído no art. 331 do Código de Processo Civil. Quanto ao mérito — é pela denegação do pedido, por entender que o funcionário público, em face da legislação em vigor, só tem direito a adicionais pelo tempo contado exclusivamente de efetivo exercício.

Tem inteira procedência a preliminar suscitada pela Procuradoria Geral.

Dos autos se infere (doc. de fls. 17) que o despacho impugnado foi publicado no órgão oficial de 10 de dezembro de 1948, sendo protocolada a petição de fls. 2 *usque* 10, a 13 de junho do ano em curso, fora, de conseguinte, do prazo legal. O pedido de reconsideração foi despachado desfavoravelmente

ao impetrante e publicado a 20 de fevereiro último.

Comentando o art. 331 do aludido diploma processual, escreve o douto Luís Machado Guimarães:

“O prazo é de decadência e esta não se suspende nem interrompe, como a prescrição. Decorridos os 120 dias de que fala o mencionado artigo, extingue-se o direito de recorrer o lesado ao meio excepcional do mandado de segurança. Continua de pé, enquanto não prescrever, de acôrdo com a lei civil, seu direito à reparação pelos meios processuais comuns. O prazo para o exercício do mandado de segurança é contínuo e improrrogável e começa a correr da ciência do ato impugnado (*Com. ao Cód. de Proc. Civil*, vol. IV, pág. 361).

Como se vê, o prazo para que o prejudicado impetre mandado de segurança é de decadência, não podendo ser suprimido ou interrompido.

Não pode dilatá-lo qualquer processo assecuratório. A extinção do direito de requerer em tal prazo é estabelecida em razão de ordem pública — que não pode ser afastada por súplicas tardia-mente feitas pelo impetrante.

E o excelso Supremo Tribunal Federal decidiu que “o prazo de extinção do direito de requerer mandado de segurança, nos casos de pedido de reconsideração de despacho, nas instâncias administrativas (decreto n.º 20.848, de 23-12-931) não se conta a partir da ciência que o requerente tenha da decisão relativa ao pedido, *mas da ciência do ato impugnado*”.

Foram votos vencedores os dos eminentes Ministros Orosimbo Nonato, Edgar Costa, Goulart de Oliveira, Armando Prado, Lafayette de Andrada, Barros Barreto e Hahnemann Guimarães.

A certa altura de seu voto, declara o insigne Ministro Orosimbo Nonato: “O pedido de reconsideração importa representar para que se revogue o ato administrativo. Foi para evitar

tumulto, pedidos, cúmulo e repetição de pedidos, que a lei só admitiu um pedido de reconsideração. A reconsideração não é um recurso que se enquadre no quadro dos outros recursos comuns, ordinários, habituais, administrativos. Não está na mesma chave desses recursos... Esse argumento, a que agora cedo, leva-me a alterar voto anterior, para entender que no caso se exauriu o prazo do mandado, embora seja a reconsideração um recurso em sentido lato. Os outros argumentos, *data venia*, também mostram a improcedência da opinião contrária, que equivaleria por dilatar a solução de casos de mandado a prazos indevidos, visto como a parte poderia usar da reconsideração e só do último ato desta é que caberia o mandado de segurança. Demais disso, o Exmo. Sr. Ministro Edgar Costa invocou dispositivo do Código de Processo em que se fala que o prazo só se interrompe quando se trata de recurso com efeito suspensivo, o que não ocorre na espécie.” (*Arg. Judiciário*, vol. XC, fasc. 3, 5 de maio de 1949, pág. 169, Ac. de 29 de setembro de 1948).

Com êsses fundamentos:

Acordam em Tribunal, por maioria de votos, nos termos do parecer do Dr. Procurador Geral, *preliminarmente*, não tomar conhecimento do pedido, pagas as custas, na forma da lei.

Natal, 24 de agosto de 1949. — *Virgílio Dantas*, Presidente. — *Carlos Augusto*, Relator. — *Adalberto Amorim*. — *Odilon Coelho*. — *Eurico S. Montenegro*. — *José Gomes da Costa*. — *Seabra Fagundes*, vencido.

Afigura-se-me tempestivo o pedido. O prazo de 120 dias, de que trata o art. 331 do C.P. Civil, se há de contar do despacho proferido no pedido de reconsideração e não do despacho anterior.

Se a lei enseja êsse recurso ao administrado (a reconsideração, como recurso em via administrativa, corresponde aos embargos de nulidade e infringentes no processo civil), não é curial que fique prejudicado por utilizá-lo. A sua interposição mantém

fluente a instância administrativa, e, assim sendo, não há como impor ao lesado apelar de logo para o Poder Judiciário.

Reporta mesmo, em certas leis, o critério de só permitir o ajuizamento de pretensões contra a Administração, após esgotadas as vias administrativas de reclamação (Estatuto dos Funcionários Públicos da União, art. 223).

Não há por que censurar a orientação daqueles que, confiantes no espírito de justiça da Administração, preferem insistir perante ela pelo reconhecimento dos seus direitos para, somente malogrados os esforços nesse sentido, dirigir-se ao Judiciário.

O argumento de que no direito processual se contam os prazos da primeira decisão e jamais da proferida em pedido de reconsideração, carece de procedência. Isto porque diversos os sistemas no processo civil e no administrativo. O direito processual não conhece entre os recursos o pedido de reconsideração, de sorte que êste, quando formulado, não é senão expediente extra-legal de que se socorre a parte erradamente, por ignorância ou intencionalmente numa tentativa de salvar recurso cujo prazo se esvaiu.

No processo administrativo a reconsideração é consagrada como meio normal de reforma de despachos.

Também não importa para a contagem do prazo de caducidade que o art. 320, n.º II, do C.P. Civil vede a impetração de mandado de segurança contra ato de que caiba recurso administrativo com efeito suspensivo. Esse artigo se inspirou, precisamente, no propósito de prestigiar o recurso administrativo, só facultando o ajuizamento do mandado de segurança, antes de esgotadas as vias hierárquicas, se, na falta do efeito suspensivo destas, a lesão continuasse a se exercer a despeito do apêlo à Administração. Se do seu texto se houvesse de inferir algum princípio com aplicação ao caso, êsse seria o de que, salvo no caso de carente o recurso de efeito suspensivo, a parte deve sempre exaurir as vias

hierárquicas antes de ajuizar o seu pedido.

Tão pouco procede o argumento de que sendo fixado à decadência do direito de impetrar mandado de segurança o exíguo prazo de 120 dias, estender-se-ia demasiado o período dentro do qual essa via sumaríssima poder-se-ia utilizar, se admissível a prévia interposição dos vários recursos administrativos.

Primeiro porque, pelo menos num caso, o próprio C.P. Civil impõe recorrer administrativamente antes de ajuizar o pedido de segurança (artigo 320, II).

Em segundo lugar porque a exiguidade do prazo de decadência tem por objetivo impedir que, por anos a fio, à vontade tão-só do administrado, se deixe pendente dêsse meio suma-

ríssimo o exame do ato administrativo. Desde, porém, que não haja ato administrativo definitivo, pois a pendência do recurso hierárquico enseja sempre a sua reconsideração ou reforma, não há também que levar em conta a necessidade de consolidar, pela preclusão da via jurisprudencial, o procedimento do Poder Executivo.

Cumprе salientar, ainda, que a jurisprudência do Supremo Tribunal sempre foi pela fluência do prazo de 120 dias a contar do último despacho da autoridade coatora, como salienta o douto Ministro Aníbal Freire em voto vencido no aresto a que se refere o presente acórdão. A decisão invocada não passa, dessarte e por enquanto, de decisão isolada do mais alto pretório do país. — *Régulo Tinoco*, vencido. — *J. Dantas Sales*, vencido. Fui presente — *Anselmo P. Côrtes*.